



Contabilidade Pública: Uma Revisão de Estudos de 2000 a 2013

Adriano Santos Andrade
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Adr.andrade@gmail.com

Lucimar Antônio Cabral de Ávila
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
lcavila@ufu.br

Resumo

O intuito do presente trabalho foi mapear a produção científica nacional sobre a contabilidade pública em alguns congressos nas áreas de Ciências Contábeis e Administração de Empresas, no período de 2000 a 2013, notadamente o Congresso de Controladoria e Contabilidade da FEA/USP, o Semead – Seminários em Administração da FEA/USP, o Enanpad – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, e o Congresso Brasileiro de Custos. Para a realização do estudo utilizou-se de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e o método bibliométrico. Os resultados apontam que a contabilidade pública ainda não tem produção científica intensa como outras áreas da contabilidade e também mostrou uma irregularidade da produção científica do tema durante o período analisado. Verificou-se ainda uma preferência dos pesquisadores por publicações acerca do tema Lei de Responsabilidade Fiscal e seus efeitos. Em relação aos procedimentos metodológicos das pesquisas analisadas, foi constatada uma preferência, em relação aos procedimentos técnicos para a pesquisa documental. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para a propagação da pesquisa na área contábil, principalmente em relação à solidificação do tema contabilidade pública no ambiente acadêmico.

Palavras chave: Contabilidade Pública; Produção Científica; Bibliometria.

Introdução

Segundo Hobbes (1999), o Estado surgirá de uma forma de acordo entre um homem ou assembleia de homens tomadores de decisões e consolidará um pacto social com o objetivo de submeter todas as vontades individuais dos cidadãos nas mãos de um soberano: o Estado, o qual seria responsável pela paz, segurança e ordem social. Para Rousseau (1978) o Estado serviria como uma forma de associação que defenderia e protegeria a pessoa e os bens de todos os associados com força comum, de forma que permanecesse tão livre, assim como antes do pacto. Nesse sentido, tem-se como missão do Estado, como afirma Oliveira (2010), garantir aos membros da sociedade que cada cidadão realize seu potencial plenamente e que o gestor público, como representante do povo, busque levar para a sociedade bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento social.

Da responsabilidade do Estado para com a sociedade civil, surge a necessidade de ferramentas que permitam o registro, controle e evidenciação dos gastos e das receitas auferidas pelo poder público, sendo uma dessas ferramentas a Contabilidade Pública. Em consonância com a Contabilidade Pública nesse processo, também se destaca o Orçamento Público, conforme evidencia Slowski (2003, p. 36) quando define a Contabilidade Pública como “essencialmente uma contabilidade orçamentária, ou seja, o registro contábil da receita e da despesa é feito de acordo com as especificações constantes na Lei de Orçamento e dos créditos adicionais”.

Nesses termos Lima e Castro (2007, p. 3) ratificam que como a Contabilidade Pública “se presta a coletar, registrar e controlar os atos que afetam o patrimônio público”, isto faz dela uma importante ferramenta que verifica e controla as ações dos administradores públicos sobre os bens comuns, além de corroborar no controle interno e até mesmo no controle por parte da população a fim de verificar as ações de seus representantes sobre o patrimônio público.

Tendo em vista a importância da Contabilidade Pública, torna-se relevante um estudo que permita evidenciar e medir a produção científica sobre o tema. Com as alterações recentes no âmbito da Contabilidade Pública, tornam-se necessárias investigações mais aprofundadas sobre os efeitos teóricos e práticos para a gestão governamental. Araújo (2007) destaca a capacidade da bibliometria de medir a produção e disseminação do conhecimento científico, o que justifica a realização do trabalho em questão.

Sendo assim, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais são e como são evidenciados os trabalhos científicos sobre Contabilidade Pública nos principais congressos de administração e contabilidade no Brasil?

Os objetivos específicos são: evidenciar qual a incidência do tema Contabilidade Pública em tais congressos; Verificar quais as subáreas da Contabilidade Pública vem sendo mais exploradas e verificar quais os procedimentos científicos utilizados pelos autores em relação aos procedimentos técnicos adotados.

A metodologia utilizada será a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com utilização do método bibliométrico para o levantamento dos trabalhos científicos a serem analisados.

O estudo está dividido em cinco tópicos, iniciando-se por uma breve introdução, passando-se ao referencial teórico, formatado em duas partes, onde primeiramente definem-se aspectos da Contabilidade Pública, histórico, definição e importância, e posteriormente aborda-se a definição, importância e aplicabilidade do Orçamento Público. Em seguida serão apresentados os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa. Por fim, apresentam-se as conclusões e os principais resultados alcançados com o trabalho, assim como as considerações finais, limitações e sugestões de novos estudos.

Referencial teórico

O referencial teórico será dividido em dois tópicos: O primeiro contendo a definição de Contabilidade Pública e seu desenvolvimento, seguindo da definição e principais aspectos do Orçamento Público.

Contabilidade Pública

Lima e Castro (2007, p. 1) definem a Contabilidade Pública como:

O conhecimento especializado da Ciência Contábil que aplica no processo gerador de informações os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental, de sorte a oferecer à sociedade informações amplas e acessíveis sobre a gestão da coisa pública.

Para Kohama (2009, p. 25) a Contabilidade Pública pode ser definida como “o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações”.

Segundo Slomski (2008 *apud* PETRI, 1981, p. 28) a Contabilidade Pública “é um dos ramos da contabilidade geral, aplicado às entidades de direito público interno”. Aquino Andrade (2006, p. 29) define a Contabilidade como:

Uma especialização da Ciência Contábil que registra, controla e estuda os atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio de uma entidade pública, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, auferidos por sua administração e pelos usuários.

Diana et al (2009, p. 16) usa a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação, publicada pela Resolução CFC 1.128/ 2008 para definir a contabilidade pública como o “ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público”.

A Contabilidade Pública é uma especialização da Ciência Contábil orientada para o registro, estudo e controle do patrimônio público. Trata-se de uma união de todos os esforços contábeis para a manutenção da máquina pública, assim como o registro, análise e estudos de todas as informações que possam afetar o patrimônio da entidade e influenciar a administração por parte dos governantes e de seus usuários. A Contabilidade Pública também têm capacidade de oferecer à sociedade todas as informações necessárias sobre a gestão do Estado e os investimentos e gastos realizados pelo poder público em todas as esferas.

O marco inicial da Contabilidade Pública no Brasil foi a Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Lima *et al* (2009, p. 16) observa que “A Constituição Federal de 1988 recepcionou a Lei 4.320/1964 como normalizadora do direito financeiro no setor público, o que acabou por constituir-se no principal diploma legal da Contabilidade Pública Brasileira”. A Lei 4.320/1964 estabelece as normas para a elaboração dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assim como de suas autarquias e fundações.

Outro momento importante da Contabilidade Pública foi a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC. N°. 101/2000. Esta lei estabelece normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A LC. N°. 101/2000 impõe limites e regras para o gestor público com a finalidade de prevenir riscos, corrigir condutas que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, além de estabelecer resultados e metas a serem cumpridas pelos gestores públicos durante seus respectivos mandatos. Segundo Linhares (2013) a Lei de Responsabilidade Fiscal tratou-se de um divisor de águas, pois antes dela as administrações públicas eram marcadas por *déficits*, e esses números negativos eram repassados para as

administrações seguintes, uma vez que antes não havia punições aos maus gestores e o controle sobre as receitas e despesas era menor.

Para Cruvinel e Lima (2011), outro momento de grande importância para a Contabilidade Pública teve início no Brasil em 2008, com a publicação da Portaria n.º. 18 onde se deu o início oficial da convergência das práticas contábeis no Setor Público com as Normas Oficiais Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Em 2010 foram criadas as primeiras Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), no Brasil, foi o que deu luz à criação da chamada Nova Contabilidade Pública Brasileira.

A Contabilidade Pública incorporou alterações significativas durante o passar do tempo no seu processo de evolução e convergência. Tais alterações visam à busca por melhores práticas para elaboração de suas demonstrações, estudo, orientação e controle do Patrimônio Público e uma melhor administração dos gestores públicos.

Há que se relacionar ainda, a precípua importância da contabilidade pública para a elaboração do orçamento público, e vice e versa, pois a interligação de ambos pode ser capaz de proporcionar uma melhoria significativa nos processos de gestão dos governos em todas as esferas.

Orçamento Público

Angélico (2006, p. 19) entende o Orçamento Público como “um programa de custeios, investimentos, inversões, transferências e receitas, proposto pelo Poder Executivo para um período financeiro, e aprovado pelo Poder Legislativo”.

Slowski (2008 p. 304) conceitua o Orçamento Público da seguinte maneira:

O orçamento público é uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir; terá como base o plano plurianual e será elaborado respeitando-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Poder Legislativo. E seu conteúdo básico será a estimativa da receita e a autorização (fixação) da despesa, e será aberta em forma de partidas dobradas em seu aspecto contábil.

Para Aquino Andrade (2006, p. 58) “Orçamento Público ou Orçamento Programa é a materialização do planejamento do Estado, quer na manutenção de sua atividade (ações de rotina), quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim).” Para Silva (2004, p. 172) “constitui a faculdade adquirida pelo povo de aprovar *a priori*, por seus representantes legitimamente eleitos, os gastos que o Estado realizará durante o exercício”.

Observa-se a ligação entre o Orçamento Público e o Direito privado por ser regido por Leis e aprovado pelo Poder Legislativo. Trata-se de um programa que permite legitimidade de todos os gastos e investimentos dos entes públicos para a manutenção do Estado e, em contrapartida oferecer ao povo uma forma de aprovar os gastos do Estado durante determinado exercício.

O planejamento do Estado passa pelo Orçamento Público e pelas leis que o regulam. Tal ferramenta também mensura os gastos que o poder público realizará durante certo período de tempo e todas as outras operações financeiras realizadas. Dessa forma, tais operações

poderão ser registradas corretamente pela Contabilidade Pública e assim legitimadas perante a sociedade e todos os usuários do sistema.

Aspectos Metodológicos

Em relação ao objetivo da pesquisa, o presente trabalho caracteriza-se como descritivo, uma vez que o mesmo tem como objetivo levantar informações, características e aspectos importantes acerca das publicações sobre a Contabilidade Pública nos mais relevantes congressos de contabilidade e administração no país. Segundo Beuren (2009 apud Andrade 2002, p. 81) “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

Quanto à abordagem do problema de pesquisa, este trabalho caracteriza-se como qualitativo. Beuren (2009, p. 92) observa que a pesquisa qualitativa caracteriza-se por “análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado”. Ainda conforme Beuren (2009, p. 93) destaca-se a importância da abordagem qualitativa pelo fato de que “abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada de se conhecer a natureza de um fenômeno natural”. A autora ainda reforça a ideia da contabilidade como uma ciência social e não exata, o que justifica a relevância do uso de tal abordagem.

Utilizou-se ainda o método bibliométrico para a realização do trabalho. Segundo Araújo (2006) a bibliometria desde sua origem tem como uma de suas preocupações a análise da produção científica. Santos (2003) complementa que os dados obtidos através da bibliometria podem ser calculados não tão somente por técnicas estatísticas, mas também por elementos extraídos das publicações analisadas, sendo esta a forma que será trabalhada no presente artigo.

Como limites do estudo, pode-se evidenciar a utilização específica de congressos na área de administração e contabilidade, mais especificamente: Congresso USP, Enanpad, Semead, Anpcont e Congresso Brasileiro de Custos, desconsiderando-se outras formas de publicação. A obtenção de dados foi realizada por intermédio dos *sites* oficiais dos congressos analisados. Após adentrar nas páginas oficiais, foi efetuada uma busca pelo tema: ‘Contabilidade Pública’, ‘Orçamento Público’ e ‘Lei de Responsabilidade Fiscal’ na área de pesquisa de trabalhos científicos. Quando não foi possível a pesquisa por área de assunto ou conhecimento, a busca foi feita manualmente a partir da observação dos trabalhos publicados.

Após o levantamento dos trabalhos, os principais dados obtidos foram colocados em uma planilha e agrupados de forma a extrair as informações necessárias para análise da intensidade das publicações, quais as subáreas temáticas são mais exploradas e quais os procedimentos metodológicos utilizados pelos pesquisadores. Com isso foi possível evidenciar os trabalhos publicados na área de Contabilidade Pública. Desta maneira poderão ser verificados quais os rumos da produção científica na área de contabilidade pública nos últimos anos e quais as necessidades de novas pesquisas na área.

Após a pesquisa pelos artigos realizados nos *sites* dos congressos pesquisados, obteve-se a seguinte relação de artigos publicados no período de 2000 a 2013, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Fontes de Publicação

CONGRESSOS	Quantidade de artigos														TOTAL
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
USP	0	1	2	6	0	0	0	1	0	6	4	8	9	6	43
SemeAd	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	3
EnANPAD	0	2	2	2	2	4	1	4	2	5	4	3	2	3	36
ANPCONT	-	-	-	-	-	-	-	1	0	3	6	6	5	5	26
Congresso Brasileiro de Custos	6	4	0	3	8	0	8	4	8	5	1	3	5	3	58
Total	6	7	4	11	10	4	9	10	10	19	15	21	23	17	166

Fonte: Elaborado pelos autores

Análise dos Dados

Para o melhor entendimento da análise dos dados, o mesmo será dividido em 3 tópicos, sendo um para a sua referida análise. Sendo eles: Quanto à intensidade das publicações, quanto aos assuntos abordados e quanto às metodologias pesquisadas.

Quanto à intensidade das publicações

Tendo como um dos objetivos específicos do estudo demonstrar a intensidade da publicação científica sobre a Contabilidade Pública, a análise foi realizada com base nos dados obtidos na Tabela 1.

No que se refere à intensidade das publicações de Contabilidade Pública, ou seja, o volume encontrado de artigos em relação às demais publicações nos congressos analisados durante o período de 2000 a 2013 observa-se que o tema ainda tem uma produção limitada. De uma forma geral, o assunto não tem uma área temática específica como é o caso de Contabilidade Gerencial e Contabilidade de Custos, sendo que os trabalhos são encontrados nas mais diferentes áreas de pesquisa. Observou-se também que o tema geralmente é encontrado junto às pesquisas do Terceiro Setor, como é o caso do Congresso de Custos e o Congresso USP, carecendo assim de uma área de pesquisa exclusiva para o assunto.

Em alguns anos, a temática sequer apareceu em alguns congressos. No congresso SemeAd o primeiro artigo da amostra se deu em 2011, observa-se também que o congresso em questão foi o que apresentou o menor número de publicações. Vale ressaltar que o congresso SemeAd, assim como o EnANPAD são congressos de administração, o que sugere uma menor publicação dos temas relacionados à contabilidade pública.

É importante ressaltar que a partir de 2009, o assunto teve uma incidência maior do que nos períodos anteriores. Vale lembrar que no ano anterior começou no Brasil o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Pública, o que pode ter influenciado diretamente no aumento das publicações.

Observa-se que a Contabilidade do Setor Privado detém a grande maioria das pesquisas voltadas para si e que apesar das alterações realizadas na Legislação do que tange a Contabilidade Pública, as mesmas não despertaram um grande interesse dos pesquisadores nos congressos pesquisados. Notou-se que mesmo com um aumento em relação aos períodos

anteriores a partir de 2009, esse aumento não foi significativo, pois o tema continuou a ser pouco apresentado.

O Congresso que mais apresentou artigos foi o que Congresso Brasileiro de Custos, sendo 58 artigos de um total de 166 da amostra coletada. Já o Congresso USP foi o que apresentou maior número de artigos em um mesmo ano, com 9 artigos no ano de 2012. Por outro lado, o EnANPAD foi o que apresentou uma menor proporção de artigos em relação ao todo.

Em nenhum dos congressos analisados a incidência do assunto foi sistemática. Por exemplo, observa-se no Congresso de Custos de 2004 foram apresentados oito artigos do tema e no ano subsequente não foi encontrado nenhum artigo, o que mostra uma incidência não linear no decorrer do período analisado.

Conclui-se a partir da Tabela 1, no diz respeito à intensidade das publicações científicas sobre Contabilidade Pública, que apesar da relevância do assunto, ainda não se tem um grande número de publicações nos congressos analisados, o que mostra uma produção limitada sobre o tema pesquisado.

Quanto aos assuntos abordados

Tendo como objetivo geral deste estudo mostrar como está caracterizada a produção científica sobre Contabilidade Pública, surge a necessidade de um objetivo específico para analisar as mesmas com relação às subáreas temáticas abordadas. Para tal análise foi criada a Tabela 2.

A Tabela 2 contém as principais subáreas da Contabilidade Pública. Dessa forma, foram selecionadas as seguintes subáreas: Lei de Responsabilidade Fiscal, Orçamento Público, Nova Contabilidade Pública, Controle e Transparência, Finanças Públicas, Custos Públicos, Balanços Públicos e Outros.

Quadro 2: Subáreas temáticas	
Classificação dos artigos em subáreas temáticas	Total
Lei de Responsabilidade Fiscal	49
Orçamento Público	12
Nova Contabilidade Pública	12
Controle e Transparência	32
Finanças Públicas	20
Custos	22
Balanços Públicos	6
Outros	13

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se que entre os artigos da amostra, a predominância é daqueles que tratam da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre os 166 artigos da amostra, um total de 44 artigos expõem sobre esse assunto. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das principais

alterações da Legislação da Contabilidade Pública do país e dessa forma foi a que atraiu a maior atenção dos pesquisadores.

Vale ressaltar outra importante alteração ocorrida no período analisado das publicações, que foi a introdução do processo de convergência da Contabilidade Pública às normas internacionais no Brasil, contudo, ao contrário da Lei de Responsabilidade Fiscal, o assunto apresentou uma produção limitada, contando com apenas 12 publicações encontradas na amostra, o que é pouco, dado a extrema relevância dessa alteração para as políticas públicas no país e na Contabilidade Pública. Além disso, os impactos para a gestão governamental foram significativos, o que justifica uma maior investida no estudo dos efeitos das modificações nos processos de entes públicos.

Na seqüência, após a subárea Lei de Responsabilidade Fiscal, vem à subárea Controle e Transparência, onde percebe-se que existe um grande interesse dos pesquisadores pelo assunto. Um dos principais objetivos do tema é evidenciar para a população e as entidades responsáveis pelo controle dos bens públicos, como a Contabilidade Pública está sendo realizada e se a mesma está sendo operacionalizada de forma transparente, sendo que o Patrimônio Público é de interesse de todos.

Em seguida surge a subárea Custos Públicos com 22 publicações de um total de 166 da amostra. Há de se salientar que tal número se deve principalmente ao Congresso de Custos, uma vez que a maioria das publicações do assunto veio desse congresso. Logo após, vem à subárea Finanças Públicas com 20 publicações, outra área que detêm atenção dos pesquisadores. Uma de suas principais características é tratar do capital público e de como ele é usado pelos seus administradores e os resultados obtidos com sua utilização.

Por último vieram as subáreas Outros, a qual tratava de assuntos diversos sobre Contabilidade Pública que não estavam contidos nas subáreas relatadas, com um total de 13 publicações, a subárea Orçamento Público com 12 artigos e a subárea Balanços Públicos com apenas 6 publicações acerca do tema. Isso demonstra um menor interesse dos pesquisadores por tais temas apesar de sua relevância, já que o Orçamento Público é a base da Contabilidade Pública e os Balanços Públicos são responsáveis por mostrarem os resultados obtidos pelos entes públicos ao longo de um período.

Quanto às metodologias pesquisadas

Com o objetivo de verificar quais as metodologias científicas adotadas pelos pesquisadores, foi criado o Quadro 3, que dispõe sobre a amostra de artigos de acordo com o procedimento técnico adotado para a realização da pesquisa.

O Quadro 3 contém os procedimentos técnicos adotados pelos pesquisadores encontrados na amostra coletada, sendo elas: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa documental, Pesquisa experimental, Levantamento, Estudo de caso, Pesquisa ex-post-facto, Pesquisa ação, e Pesquisa Bibliométrica.

Quadro 3: Procedimentos Técnicos

Classificação dos artigos quanto aos procedimentos técnicos	
Pesquisa bibliográfica	40
Pesquisa documental	80

Pesquisa documental/ Bibliográfica	18
Pesquisa documental/ Bibliográfica e Estudo de Caso	4
Pesquisa experimental	1
Levantamento	1
Estudo de caso	15
Pesquisa ex-post-facto	2
Pesquisa ação	2
Pesquisa Bibliométrica	3
Total	166

Fonte: Elaborado pelos autores

Do total da amostra coletada, a grande maioria dos artigos utilizou da pesquisa documental para o seu desenvolvimento, com um total de 80 artigos dos 166 levantados. A pesquisa documental, para Beuren (2009) é muito comum na Contabilidade, pois com ela é possível realizar um levantamento documental e com ele verificar aspectos econômicos que influenciam na situação de uma entidade.

Na sequência, após a pesquisa documental, aparece a pesquisa bibliográfica. Foram encontrados 40 artigos que utilizaram tal procedimento. Beuren (2009) afirma que com a pesquisa bibliográfica é possível tomar conhecimento da produção científica sobre determinada matéria uma vez que ela toma documentos existentes como referencial teórico, com o objetivo de conhecer e analisar as contribuições científica anteriores sobre determinado assunto.

Vale ressaltar que também é possível se utilizar mais de um procedimento técnico em uma única pesquisa. É o caso da Pesquisa documental/Bibliográfica, no qual foram encontrados 18 artigos com o uso dos dois procedimentos.

Em seguida, aparece o Estudo de Caso, com 15 artigos encontrados. O estudo de caso de acordo com Beuren (2009) trata-se do estudo por parte do pesquisador de um único caso com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a situação estudada. Também ocorreu de artigos se utilizaram dos 3 procedimentos técnicos anteriores. Para Pesquisa Documental/Bibliográfica e Estudo de Caso foram encontrados 4 artigos com essa característica.

Com 3 artigos encontrados, surge a pesquisa bibliométrica. A pesquisa bibliométrica tem por objetivo, segundo Araújo (2007) medir a produção científica e mensurar o conhecimento em determinada área de conhecimento.

Na sequência, com 2 artigos encontrados, surgem as pesquisas ex-post-facto e pesquisa ação. Gil (1999 *apud* KERLINGER, 1975, p. 268) define a pesquisa ex-post-facto como “uma investigação sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis”. Já a pesquisa ação, a qual também é caracterizada pelo envolvimento entre os pesquisadores e pesquisados, assim como a anterior, Gil (1999 *apud* FALS BORDA, 1983, p. 43) a define como:

que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios - as classes

mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas - levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. E a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior.

Por último, aparecem, com apenas 1 artigo encontrado de cada abordagem, a pesquisa experimental e a pesquisa levantamento. Para Gil (1999, p. 51) a pesquisa experimental consiste em “determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto”. A pesquisa levantamento tem sua definição por Gil (1999, p. 55) como:

As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo identificar o perfil das pesquisas relacionadas ao tema de Contabilidade Pública nos principais congressos na área contábil e de administração: Congresso USP, SemeAd, EnANPAD, ANPCONT e Congresso Brasileiro de Custos período compreendido entre 2000 a 2013. Foram encontrados 166 artigos com o tema de estudo.

Pode-se verificar que a Contabilidade Pública é ainda pouco explorada pelos pesquisadores. Dentre os congressos pesquisados o Congresso Brasileiro de Custos foi o que apresentou o maior número de artigos, seguido do Congresso USP, já nos congressos SemeAd e EnANPAD a produção ainda é bastante limitada.

Na classificação das publicações por subárea temática, constatou-se que o maior volume refere-se às publicações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR), seguido pela subárea Controle e Transparência. Por outro lado, pode-se observar que apesar de toda a importância da convergência da contabilidade Pública nacional aos padrões internacionais, a chamada Nova Contabilidade Pública, ocorrida dentro do período pesquisado, não apresentou uma grande produção, com apenas 12 artigos sobre o assunto.

Quanto às características das publicações em relação aos procedimentos técnicos adotados pelos pesquisadores, observou-se que a maioria dos estudos adotaram o método de pesquisa documental, seguido da pesquisa bibliográfica. Os outros métodos de pesquisa foram encontrados em menor volume.

Conclui-se, com esta pesquisa, que os estudos sobre os temas relacionados à contabilidade pública, ainda são, em quantidade relativamente limitada e que alterações importantes das Leis que regulam e norteiam o curso da contabilidade pública no Brasil ainda não geram uma grande quantidade de estudos nessa área. É importante ressaltar a limitação do estudo quanto ao fato de amostrar apenas por uma parte dos congressos da área, não levando em consideração outras formas de publicações científicas. Uma das principais



contribuições de presente artigo se dá com a mensuração da pesquisa científica na área em questão, uma vez que a mesma não vem sendo muito explorada assim como outras áreas da contabilidade, como por exemplo, a contabilidade gerencial. Recomenda-se, para futuras pesquisas, a análise de estudos em periódicos e revistas nacionais na área contábil para averiguar o perfil de publicações dos trabalhos que abordam a temática analisada.

Referências

- ANGÉLICO, J. **Contabilidade Pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- AQUINO ANDRADE, N. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: Métodos com base na LC nº 101/00 e nas Classificações Contábeis Advindas da SOF e STN**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ARAUJO, C. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Brasil, v. 12, n.1, 2007.
- BEUREN, I. M. (Org.). **Como Elaborar trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CRUVINEL, D. P.; LIMA, D. V. Adoção do Regime de Competência no Setor Público Brasileiro sob a Perspectiva das Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade. **REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, v. 5, p. 69-85, set./dez. 2011.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública: integrando União, estados e municípios (Siafi e Siafem)**. São Paulo: Atlas, 2007.
- LIMA, D. V.; SANTANA, C. M.; GUEDES, M. A. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Universidade de Brasília (UNB), Brasília, v. 12, p. 15-23, mai./ago. 2009.
- LINHARES, F.; PENNA, C.; BORGES, G. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. **RAP – Revista de Administração Pública**. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, nov./dez. 2013.
- OLIVEIRA, A. B. S.. **Controladoria Governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SANTOS, R. N. M. Produção científica: por que medir? o que medir? **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, vol. 1, n. 1, 2003.
- SILVA, L. M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na Contabilidade Municipal**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.